



Relatório de Gestão

Ano de 2016



Índice

Índice	2
Capítulo I.....	3
1. Introdução	3
1.1. Sistema Contabilístico	3
1.2. O Relatório de Gestão	3
2. Dados Estatísticos da Freguesia	4
Capítulo II	4
3. Análise Financeira.....	4
3.1 A Receita	5
3.2 A Despesa.....	5
3.3 Tesouraria.....	6
3.4 Os Planos.....	6
3.5 Conclusão.....	7
Capítulo III	8
4. Análise Analítica.....	8
4.1 Análise da Receita.....	8
4.2 Análise da Despesa.....	9
4.3 Estrutura da Despesa	10
4.4 Resultado.....	11
4.5 Passivos e Ativos	11
Capítulo IV.....	12
5. Divergências e Justificativos	12
5.1 Divergências	12
5.2 Justificativos.....	12
Capítulo V	13
6. Nota Final	13



Capítulo I

1. Introdução

1.1. Sistema Contabilístico

Desde 1 de Janeiro de 2002 que as autarquias locais passaram a estar sujeitas a um novo regime contabilístico – o POCAL – caracterizado, de entre outros aspetos, pela introdução das contabilidades patrimonial e de custos e respetiva integração com a contabilidade orçamental.

Foi igualmente previsto um regime simplificado, funcionando em base de caixa e de compromissos, o qual é aplicável às autarquias locais cujo movimento anual de receita não atinja o montante correspondente a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública (€343,28) - €1 716 400,00 em 2016.

As entidades que se integram neste regime apenas são obrigadas a utilizar a contabilidade orçamental, encontrando-se, por isso dispensadas de implementar as contabilidades patrimonial e de custos (ponto 2.8.2.7 do POCAL).

O regime simplificado é aplicável à Freguesia do Porto Martins, em função do respetivo movimento anual de receita.

1.2. O Relatório de Gestão

O relatório de gestão enquadra-se no âmbito da prestação de contas relativa ao exercício de 2016 e foi elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril, contemplando a análise da evolução da situação económica e financeira da autarquia.



2. Dados Estatísticos da Freguesia

A Freguesia de Porto Martins inserida no concelho da Vila de Praia da Vitória, composta por uma área de 3,43Km² e 1001 habitantes (dados INE censos 2011) e com 1027 eleitores inscritos. (dados MAI – Mapa nº 2/2017 publicado a 1 de março de 2017)

Capítulo II

3. Análise Financeira

Pontos mais relevantes:

Na atual Conta de Gerência é importante destacar alguns factos, que pela sua natureza, assumem uma importância acrescida, assim:

As principais receitas desta Autarquia, continuam a ser municiaadas pela Câmara Municipal através dos protocolos de Delegação de Competências, com o valor de €25.813,03 com impacto percentual de 36,20%, seguindo-se a Administração Central através do Fundo de Financiamento de Freguesias, que em 2016 foi no valor de €23.439,00 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 32,87%, depois a Administração Regional através dos vários Acordos de Cooperação no valor de €12.756,29, tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 17,89%, e finalmente as receitas próprias da Autarquia num valor total de €9.307,31 tendo um impacto no orçamento de 13,05%.



3.1 A Receita

No decorrer do ano esta Autarquia conseguiu um total de Receita Corrente Global no valor de €52.906,63 e Receita de Capital Global no valor de €18.409,00.

O saldo da Gerência Anterior (2015) foi no valor de €31.771,77 em saldo orçamental e €40,45 em Operações de Tesouraria num total de €31.812,22.

O valor total de receita arrecadada neste ano de 2016 foi de €71.315,63.

3.2 A Despesa

Quanto à Despesa Corrente Global (Despesas de Funcionamento + Plano de Atividades + Plano de Investimentos por Administração Direta), foi neste ano de 2016 no valor de €43.245,48.

As despesas correntes não excederam as receitas correntes respeitando assim o princípio do equilíbrio substancial da execução orçamental constante da alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

Quanto à Despesa de Capital Global (Investimentos diretos) foi neste ano de 2016 no valor de €18.767,96.



3.3 Tesouraria

Durante o ano não existiram transações de Operações de Tesouraria.

A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

A Conta à Ordem N°841.005.003 da CCAM encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de €46.771,19, sendo o saldo contabilístico à mesma data de €41.114,41 sendo a divergência existente (€5.656,78) justificada pelos pagamentos debitados no banco após o encerramento do ano.

3.4 Os Planos

O **Plano Plurianual de Investimentos**, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2016, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 45,78% no valor total investido de €21.895,46.

O **Plano Plurianual de Atividades**, contendo a mesma visão plurianual do PPI, abrange, no entanto, as restantes intervenções da Junta de Freguesia em atividades que não sejam investimento, assim, regista-se que a execução financeira do Plano Plurianual de Atividades (PPA) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 89,64% no valor total aplicado de €12.008,93.



3.5 Conclusão

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.

Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.

Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2016.



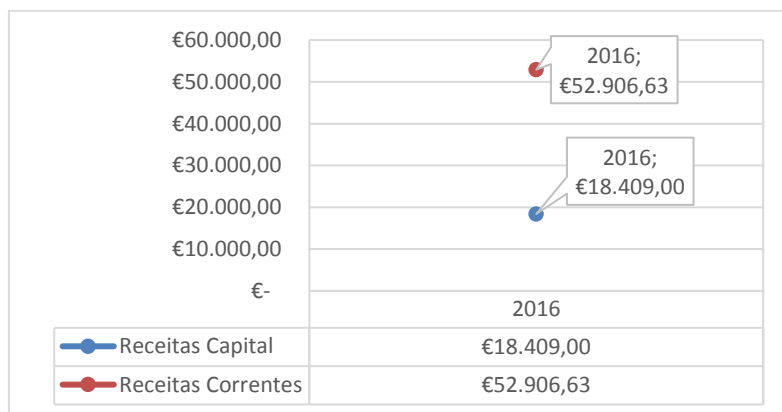
Capítulo III

4. Análise Analítica

4.1 Análise da Receita

As receitas arrecadadas pela Autarquia durante o ano de 2016 ascenderam a €71.315,63, com um grau de execução orçamental de 68,78%, sendo distribuídas da seguinte forma:

	Ano - 2016
Receitas Correntes	€52.906,63
Receitas de Capital	€18.409,00
TOTAL DAS RECEITAS	€71.315,63



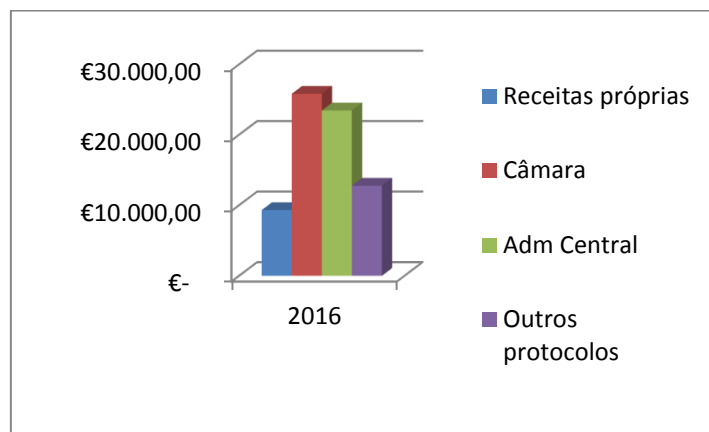
O destaque percentual das receitas durante 2016:

Receitas próprias representaram 13,05% do total de receita;

As receitas provenientes da Câmara Municipal, 36,20%;

As receitas provenientes da Administração Central, 32,87%;

As receitas provenientes de outros protocolos diversos, 17,89%



4.2 Análise da Despesa

A despesa pública é a aplicação de recursos da Autarquia para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento social, económico e cultural da Freguesia.

Em 2016, a Junta de Freguesia registou um volume de despesa na ordem dos €62.013,44, com um grau de execução orçamental de 59,80%, sendo distribuídos da seguinte forma:

	Ano - 2016
Despesas Correntes	€43.245,48
Despesas de Capital	€18.767,96
TOTAL DAS DESPESAS	€62.013,44

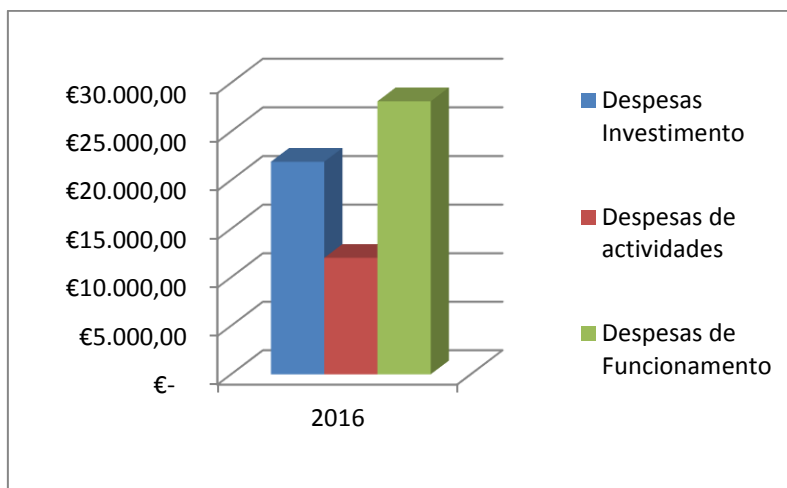


4.3 Estrutura da Despesa

No ano de 2016 a despesa total teve a seguinte distribuição na execução do orçamento da Junta:

	Ano 2016
Despesas de funcionamento	€28.109,05
Plano de Actividades	€12.008,93
Plano de Investimentos	€ 21.895,46
TOTAL DA DESPESA	€62.013,44

Graficamente:





4.4 Resultado

Analisada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2016, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de €41.114,41.

Em Operações de Tesouraria ficaram retidos na Autarquia €40,45 para Autoridade Tributária.

Resulta assim num saldo de Execução Orçamental de €41.073,96.

4.5 Passivos e Ativos

Passivo financeiro:

A 31 de Dezembro não existiam quaisquer dívidas a terceiros, bem como a Autarquia não possuía nenhum empréstimo contratado.

Ativo financeiro:

A 31 de Dezembro esta Autarquia possuía receitas emitidas e não cobradas no valor de €2.632,50.



Capítulo IV

5. Divergências e Justificativos

5.1 Divergências

Sem nenhuma situação a acrescentar.

5.2 Justificativos

Tendo em conta que no decorrer do ano financeiro de 2016 o funcionamento e operacionalidade desta Autarquia decorreram sem imprevistos, não existem quaisquer justificativos adicionais a acrescentar.



Capítulo V

6. Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2016 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Porto Martins, 30 de março de 2017

A Presidente da Junta

(Ana Rita Meneses Branco)